

Expresso

Classe:

Periodicidade: Semanal

Temática:

Imagem:

Banca/Seguros

Dimensão: 2361

S/Cor

Economia 15-10-2011

Âmbito: Tiragem:

132350

Informação Geral

Página (s): 1/16/17

Os intermináveis processos da banca 116





Expresso

Periodicidade: Semanal

Temática: Banca/Seguros

Economia

Classe: Informação Geral Dimensão: 2361

15-10-2011

Âmbito: 132350 Tiragem:

Página (s): 1/16/17

Imagem:

Balanço Julgamento do BPN está para durar. No BCP, declaração de nulidade causou surpresa. Investigações demoram no BPP

E mbrulhados há demasiado te npo

Textos ISABEL VICENTE ção HELDER OLIVEIRA/WHO

s processos judiciais relativos à banca não têm fim à vista. O julgamento do caso BPN está em curso. No BCP, a de-cisão recente de anular o julgamento relativo às condenações do Banco de Portugal (BdP) — porque o juiz considerou que a forma como as provas foram obtidas violava o segredo bancá-rio — lançou alguma confusão. Quanto ao BPP, ainda não há decisões finais quer nas contra-or-

denação quer quanto ao processo-crime. O primeiro julgamento a começar foi o do BPN. Teve início a 15 de dezembro de 2010, apenas para identifica-ção dos arguidos, e retomou a 25 de janeiro. Estamos em outubro, apenas foram ouvidas quatro testemunhas e, muito provavelmente, até ao final do mês, o julgamen-to vai parar, por uma boa causa. O juiz presidente, Luís Ribeiro, vai ser pai e usufruir dos dias a que tem direito por lei. Está prevista a audição de cerca de 200 testemupor let. Esta prevista a atudiça de cerca de 200 testeminas (algumas repetidas), sendo que o Ministério Público (MP) tem 69. A par do processo que já está em julgamento, existem mais 18 relacionados com o BPN em investigação, no MP e nos supervisores — BdP e Comissão do Mercado de Valores Mobilários (CMVM). No que diz respeito ao ex-ministro do PSD e ex-conselheiro de Esta-do, Dias Loureiro, só deve haver novidades em 2012 (ver texto ao lado).

Noutro dos edifícios do Campus Justiça, no Parque das Nações, em Lisboa, estão também a ser julgados os ex-administradores do BCP. Quatro são acusados criminalmente — o fundador Jorge Jardim Gonçalves, Filipe Pinhal, António Rodrigues e Christopher de Beck —, mas o julgamento, que estava previsto começar a 24 de outubro, foi adiado. E isto porque corriam entretanto dois recursos relativos às condenações do BdP e da CMVM e não havia dias da semana que chegassem para tantos julgamentos. Um problema que agora caiu por terra, até que o tribunal da Relação decida a favor ou contra a decisão do juiz António Hora que declarou as provas nulas por ter sido viola-

Já no caso BPP, banco intervencionado em dezembro de 2008 e entretanto declarado insolvente, as responsa-bilidades a nível criminal estão por apurar. A investigacão está na reta final, segundo o MP. Há, contudo, uma acusação feita pela CMVM e já contestada pelos seis ex-administradores do BPP, incluindo o fundador do banco, João Rendeiro. Resta saber quem sairá acusado. ivicente@expresso.impresa.pt

BCP Efei

Ex-gestores estão satisfeitos con o facto de o juiz ter declarado nulas as provas do BdP, mas nad está garantido. No processo da CMVM, o BCP recorreu mas a Relação não lhe deu razão

Os ex-responsáveis do BCP acusados (irregularidades tiveram desde sempi na mira a invocação de vícios no apur mento das provas que estiveram na bas das suas condenações, quer nos proce sos de contraordenação quer no proce so-crime.

Recorreram das condenações do Bar co de Portugal (BdP) e da Comissão c Mercado de Valores Mobiliário (CMVM) — e os julgamentos começ ram a sobrepor-se em setembro. Não h via dias da semana suficientes para tri julgamentos. O do processo-crime el suposto começar a 24 de outubro ma foi adiado. Afinal agora só está em curs um julgamento, o da CMVM. Em causa está o facto de, no process

movido pelo BdP, o juiz António Hor ter querido saber se as provas apresei tadas pelo regulador bancário se basei vam apenas na denúncia apresentad pelo empresário Joe Berardo, porqu

Há 18 investigações em curso em torno do BPN. Apenas um processo está em julgamento e h dois anos que se espera a decisão final do Banco de Portugal





Expresso

Economia

15-10-2011

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional Tiragem: 132350 Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 2361 Imagem: S/Cor Página (s): 1/16/17

de contágio não é evidente

desta forma havia violação do segredo bancário. Depois de ter ouvido Berardo, entendeu que sim e anulou as provas com base nesse vício.

O BdP vai recorrer para o Tribunal da Relação e será este a dizer se o processo continua ou não. Os advogados de defesa ainda não decidiram se vão precipitar o mesmo incidente no processo da CMVM.

Mas nem todos os defensores têm a mesma fé nos argumentos que permitiram aos acusados cantar vitória. Alguns reconhecem que a instrução do processo da CMVM não é igual às do BdP e do processo-crime. Já entre os arguidos o sentimento é comum: "Passou-se o mesmo na investigação da CMVM" e, "pior ainda, andaram a questionar ex-responsáveis sem terem aberto o inquérito e sem que estes soubessem para o que estavam a colaborar", dizem.

Instrução da CMVM é diferente?

No que toca às condenações da CMVM, fonte do regulador afirma que nas acusações feitas "nunca invocámos a denúncia do empresário Joe Berardo, quer nos processos contra o BCP, quer no das responsabilidades individuais".

O regulador do mercado de capitais afirma "ter recolhido provas no âmbito da sua ação de supervisão, o que lhe é lícito". Um argumento contrário ao defendido no recurso do BCP, mas que o Tribunal da Relação legitima, dando razão à atuação da CMVM no apuramento das provas.

Rui Patrício, advogado do BCP, recorreu desta decisão para o Tribunal Constitucional, na convicção de que a CMVM obteve documentos do BCP não o informando de que estava em curso um processo de contraordenação. O que na verdade terá ocorrido apenas no final da ação de supervisão, como se pode induzir da leitura da decisão e dos recursos. Aliás, noutros processos, a decisão do Tribunal da Relação face a estes argumentos passou por dar razão ao regulador.

ao regulador.

Depois de tudo isto coloca-se a questão de saber como podem e devem os reguladores apurar responsabilidades e obter meios de prova sem que possam ser questionados. Para que serve a ação de supervisão? Vamos ver como decidem neste caso os tribunais.

JULGAMENTOS SOBREPOSTOS

- O julgamento do recurso da contraordenação do BdP aos ex-administradores do BCP foi anulado. O BdP vai recorrer. Se a Relação lhe der razão retoma-se o julgamento
- Dia 20 de setembro começou o julgamento do recurso das condenações da CMVM aos ex-administradores do BCP Jardim Gonçalves, Filipe Pinhal, Christopher de Beck, António Rodrigues, António Castro Henriques, Alípio Dias, Paulo Teixeira Pinto, e dois diretores, Luís Gomes e Miguel Magalhães Duarte. Em causa está a prestação de informação falsa ao mercado e as coimas aplicadas situam-se entre os €200 mile e f1 milhão
- No processo-crime apenas estão acusados quatro ex-administradores — Jardim Gonçalves, Filipe Pinhal, António Rodrigues e Christopher de Beck. O julgamento terá de ser reagendado

BPP Investigaçã à espera de provas

Correm vários processos contra o insolvente BPP e os seus ex-responsáveis. No processo crime aguarda-se ainda documentação pedida ao exterior

O Banco Privado Português (BPP), intervencionado em dezembro de 2008, foi declarado insolvente a 16 de abril de 2010 e em julho o processo ficou parado por causa de uma diligência da dona do BPP, a Privado Holding. Esta empresa refutou a revogação da licença do banco que estava na base da declaração de insolvência. A comissão liquidatária está impedida de vender bens ou liquidar dividas aos seus credores e já recorreu para tribunal mas o número de processos contra o BPP, por parte de clientes e da Privado Holding, prometem arastar este caso por muitos e muitos anos. Há processos contra o Estado e também contra o supervisor bancário. Para já só a Comissão do Mercado de

Para já só a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários acusou seis ex-administradores — João Rendeiro, Paulo Guichard, Savador Fezas Vital, que lideram o número de acusações (ver destaque) assim como Fernando Lima, Paulo Lopes e Vítor Castanheira, os quais já contestaram, aguardando agora a decisão final do regulador. Do outro lado da barricada estão os

Do outro lado da barricada estão os processos contraordenacionais e cinco investigações criminais contra o banco e os seus ex-administradores. Há mais do que uma investigação-crime em curso, mas até agora nenhuma está ainda concluída.

conciuda.

A procuradora Teresa Almeida, que lidera a equipa do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), afirmou ao Expresso que estão ainda a ser realizadas algumas diligências. "Aguardamos documentos e informações relevantes que pedimos a outras entidades sediadas no estrangeiro, e a chegada destas não depende de nós, além disso estamos também a ouvir algumas pessoas". Recusa falar do que está em causa nos processos que estão a correr, mas adianta que a equipa "está a tentar concluir pelo menos um dos processos até ao final do ano".

Em fevereiro, o DIAP já tinha consegui-

Em fevereiro, o DIAP já tinha consegui do congelar €10 milhões de contas ban cárias de ex-administradores do BPP, algumas das quais sediadas em paraísos fiscais, por estarem em causa desvios de dinheiro do banco, assim como foram já arrestadas obras de arte avaliadas entre €20 milhões e €40 milhões. Na primeira linha das investigações estão João Rendeiro, Paulo Guichard e Salvador Fezas Vital, todos arguidos. Em causa neste processo estão suspeitas de crimes de falsificação de documentos, branqueamento de capitais, burla qualificada e criação de veículos ficticios. Já quanto à investigação que decorre no Banco de Portugal, relativa à contabilidade do BPP, ainda não há decisão

PROCESSOS SEM CONCLUSÕES

- A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários teve mão pesada para os seis ex-administradores do BPP. O valor das multas pode atingir um máximo de €2.5 milhões e o número de acusações é liderado por João Rendeiro, Paulo Guichard e Fezas Vital. Entre as acusações estão a violação de deveres relativos à qualidade de informação prestada aos clientes, criação de veículos fictícios, violação de deveres de comunicação e de lealdade e transparência, assim como a violação de dever de ter um sistema de gestão de risco e auditoria interna eficazes
- No processo crime queixa de 70 clientes subsistem suspeitas de desvio de dinheiro, estando em causa crimes como falsificação de documentos, branqueamento de capitais, burla qualificada, fraude fiscal e também criação de veículos fictícios. Não há ainda acusação
- O processo do Banco de Portugal visa apurar responsabilidades sobre vícios de comercialização, contas, prestação de informação falsa e atribuição de títulos fictícios, entre outros
- Os ex-administradores terão ainda de provar que não são responsáveis pela falência do BPP

a parra, poucas acusações

No 'caso BPN', as investigações têm surgido aos bochechos. O megaprocesso está a correr e já se contabilizam 40 sessões de julgamento, apesar de só terem sido ainda ouvidas quatro testemunhas, entre as quais o inspetor. Paulo Sousa, uma peça-chave em todo o processo de acusação, que vai ser chamado de novo.

Mas o julgamento, que começou com problemas vários, vai ser interrompido pelo menos por 10 dias úteis para satisfazer o direito legal de paternidade. O juiz que preside ao julgamento – e que impôs m ritmo frenético (várias sessões por iemana) — vai ser pai. O Expresso falou com os serviços da 4ª Vara Criminal que confirmaram terem sido adiadas as duas iessões desta semana mas ainda não ha-



ver notificação sobre a licença de paternidade iminente. Foram muitos os percalços a ultrapas-

sar: por exemplo, foi necessário encontrar uma sala em condições para os 15 arguidos, tendo-se equacionado a transferência do julgamento do Parque das Nações para o tribunal de Monsanto. Tete também de ser contratada uma tradutora para que as provas escritas em línguas estrangeiras que foram apresentadas pelo Ministério Público não fossem afastadas. Mas é sobretudo a complexidade do caso, nomeadamente no que diz respeito às ligações entre os vários arguidos e os negócios em causa, que tem provocado mais 'dores de cabeça'. De tal forma que teve de se recorrer a documentos em powerpoint para facilitar a compreensão do coletivo dos juízes, liderado por Luís Ribeiro.

O processo promete arrastar-se apesar de ter sido autonomizado o pedido cível que o acompanhava para apressar o apuramento das responsabilidades criminais. "Ainda não saímos das testemunhas indicadas pelo Ministério Público e estamos agora a ouvir uma técnica das Finanças", referiu um dos advogados ao Expresso, acrescentando que "o processo até tem seguido um ritmo adequado". No entanto, confessa que ainda serão outidas mais duas testemunhas da Pólícia Judiciária e só depois as não relacionadas com a investigação, mas que de alguma forma colaboraram com a mesma.

Acusações em banho-maria

O 'caso BPN' é tido como prioritário pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), liderado por Cândida Almeida, mas além do processo que já está em julgamento, há mais 18 investigações em curso, muitos arguidos, cerca de 30, e provas para fechar. Entre estes encontram-se os ex-ministros do PSD Manuel Dias Loureiro e Arlindo de Carvalho. Mas ainda não há acusações, embora o DCIAP tenha dito ao Expresso em julho ser provável fechar duas ou três acusações até ao final do ano. As investigações relativas a Días Loureiro, ex-conselheiro de Estado.

constituído arguido há dois anos, apenas deverão estar concluídas em 2012. Em causa estão os negócios de Porto Rico e Marrocos, onde terá havido perdas de €40 milhões.

Também Arlindo de Carvalho, ex-ministro da Saúde, está indiciado num processo que envolve a imobiliária Pousa Flores e a compra de créditos que terão provocado prejuízos de €40 milhões.

Nestas investigações os milhões são muitos e não param de surpreender. Se gundo avançou o Expresso em julho, o processo mais avançado parece ser o que diz respeito a Carlos Marques, construtor civil, em prisão domiciliária, que terá feito desaparecer 690 milhões em vários negócios do BPN entre Angola e Miami.

INVESTIGAÇÕES EM CURSO

- Corre desde dezembro de 2010 o principal julgamento contra ex-responsáveis do BPN. No megaprocesso há 15 arguidos que são acusados de vários crimes. O fundador do BPN, Oliveira Costa, é acusado de abuso de confiança, burla qualificada, falsificação de documentos, fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais e aquisição ilícita de ações
- Em outubro de 2009 o Banco de Portugal acusou 24 arguidos, entre os quais muitos dos que constam do processo crime e também a dona do BPN (SLN, hoje Galilei). Dois anos depois o regulador bancário ainda não tomou uma decisão final quanto às acusações
- No DCIAP correm mais 18 processos de investigação entre os quais o relativo aos ex-ministros do PSD Dias Loureiro e Arlindo de Carvalho
- A CMVM tinha em janeiro de 2010 dois processos em investigação (papel comercial da SLN Valor e emissões obrigacionistas) que podem dar em acusações. Ainda não há decisão

